

Evidenciação de Ativos Intangíveis um estudo das Companhias Abertas do Brasil Listadas no Nível 2 de Governança Corporativa

FLAIDA ÊMINE ALVES DE SOUZA

Universidade Federal de Uberlândia
flaidaemine@yahoo.com.br

MÁRCIA HELENA DA SILVA

Universidade Federal de Uberlândia
marcia@cacc.com.br

MARCELO TAVARES

Universidade Federal de Uberlândia
mtavares@ufu.br

Evidenciação de Ativos Intangíveis: um estudo das Companhias Abertas do Brasil Listadas no Nível 2 de Governança Corporativa

1 INTRODUÇÃO

Têm-se percebido uma crescente interdependência entre mercados e países e, nesse cenário, surgem os ativos intangíveis, em decorrência do crescente aumento da materialidade de seus valores na composição do patrimônio das empresas (SCHMIDT; SANTOS, 2003). Para Colauto *et al.* (2009) os ativos intangíveis geram diferenciações entre as empresas e promovem disparidade dos lucros e dos valores econômicos dessas entidades.

Ao se adentrar no cenário contábil, especificamente no que tange à evidenciação das informações (*disclosure*), tem-se que seu objetivo principal é apoiar os usuários internos e externos da contabilidade na tomada de decisões, trazendo informações sobre a posição patrimonial, financeira e econômica das entidades (COLAUTO *et al.*, 2009). Segundo Sterzeck (2011), para que a informação contábil seja útil é imprescindível que demonstre, de forma adequada, a situação econômico-financeira da empresa, além da premissa básica de auxiliar os usuários na tomada de decisões, portanto, seus objetivos variam de acordo com esses usuários. Para Hendriksen e Van Breda (1999) um dos objetivos da divulgação de informações é transmitir confiança para a tomada de decisões.

É nesse contexto que o Pronunciamento Técnico CPC 04 – Ativos Intangíveis definiu a exigência de conhecimento de informações específicas sobre esse ativo (CPC 04, item 1). Torna-se necessário que essas informações sejam divulgadas ao mercado, a fim de sinalizar aos usuários que a companhia realmente conhece quanto valem os seus intangíveis (ANTUNES; LEITE; GUERRA, 2009; MOURA *et al.*, 2011). Acredita-se que a divulgação de informações referentes esse item patrimonial é essencial (MOURA *et al.*, 2011).

Assim, o objetivo desta pesquisa é apresentar a evolução das informações divulgadas sobre intangível de companhias abertas do Brasil, observando os critérios obrigatórios de evidenciação conforme especificações do CPC 04 (R1), além de verificar características das empresas que poderiam ser consideradas fatores explicativos para a extensão da evidenciação (tamanho, tempo de constituição e endividamento). A pesquisa se dará através da análise das notas explicativas das empresas listadas no Nível 2 de Governança Corporativa, nos anos de 2009 a 2012.

Considera-se relevante o desenvolvimento do presente estudo, haja vista o crescente aumento da materialidade dos valores do ativo intangível na composição do patrimônio das entidades, representando grande parte do seu valor atribuível (SCHMIDT; SANTOS, 2003; MILONE, 2004; ROLIM, 2009). Ademais, torna-se importante a verificação se as exigências impostas pelo CPC 04 (R1) têm refletido em uma maior evidenciação das informações contábeis. A justificativa social e prática centram-se na contribuição desse estudo ao demonstrar, na prática, a evolução (ou não) da evidenciação das informações contidas nas demonstrações financeiras das companhias abertas brasileiras.

Esse trabalho está estruturado em cinco partes, sendo que na seção 1 é apresentada a introdução, na seção 2 o referencial teórico, onde se encontra uma breve revisão sobre ativos intangíveis e sua evidenciação. Na seção 3 é apresentado os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa e na seção 4 a descrição e análise dos resultados. Por fim, têm-se as considerações sobre as evidências encontradas nesse estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nessa seção serão discorridos os aspectos gerais sobre ativo intangível, bem como sobre sua evidenciação.

2.1 Ativo Intangível

O grupo ativo intangível passou a fazer parte da nova estrutura de balanço patrimonial brasileira a partir das modificações ocorridas em função da adequação às normas internacionais introduzidas no país por meio da promulgação das leis 11.638/07 e 11.941/09 que trouxeram alterações significativas à Lei 6.404/76. Tal classificação já era exigida para as companhias abertas por decisão da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), de acordo com a Deliberação 488/05 (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010).

A Lei 6.404/76 em seu artigo 179, inciso VI, já com a alteração dada pela Lei 11.638/07, determina que no grupo de ativo intangível serão classificados “os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido”.

Hendriksen e Van Breda (2007) colocam que o fato de muitos ativos intangíveis estarem associados a outros ativos, portanto muitas vezes não sendo identificáveis e separáveis, pode dificultar a mensuração dos mesmos. Esclarecem que, nesses casos, os ativos intangíveis são tratados como “resíduos”, ou seja, é calculado um valor para o ativo tangível e a diferença de valor para o todo é atribuída ao ativo intangível, o que tornaria essa medida dependente da anterior e de menor precisão.

Iudícibus *et al.* (2010) acrescenta que é condição *sine qua non* para o registro do intangível que a entidade tenha incorrido em custo para a sua aquisição e que deve haver evidências na forma de direitos legais ou contratuais que sejam inequívocas e que possibilitem delimitar o intangível e em último caso, negociá-lo com um terceiro independente, pressupondo que este terceiro ao mensurar o ativo intangível por critérios alternativos, chegaria a valores muito próximos uns dos outros.

Para Hendriksen e Van Breda (2007), os ativos intangíveis constituem uma das áreas mais complexas da teoria contábil, em parte pela dificuldade de definição, e principalmente pelas incertezas em relação à mensuração e estimação de vida útil desses bens e, complementam que, é necessário definir o que é um ativo intangível e descobrir as maneiras de medi-lo com precisão.

“Embora a conceituação, as peculiaridades e os meios de expressão dos ativos intangíveis não possuam aceitação geral pela comunidade científica, tornou-se um tema recorrente nas pesquisas científicas na área de Ciências Sociais Aplicadas” (COLAUTO *et al.*, 2009, p.145).

Os estudos que surgiram a partir da década de 1980 evidenciaram a relevância dos recursos intangíveis na composição dos ativos das empresas e o crescente aumento desses valores em relação aos ativos totais, resultam em problemas de como as entidades devem tratar contabilmente seus intangíveis (AVELINO; PINHEIRO; LAMONIER, 2012). Neste contexto, esforços de pesquisas têm sido feitos para analisar o tratamento dado a esses ativos quanto à sua evidenciação, como por exemplo: Colauto *et al.* (2009), Meneses, Ponte e Mapurunga (2011) e Moura, Frank e Varella (2012).

2.2 Evidenciação dos Ativos Intangíveis

Avelino, Pinheiro e Lamonier (2012) consideraram que a divulgação de informações pode ser considerada um elemento de transparência, pois permite que os usuários externos conheçam a posição da empresa e certifiquem-se que esta opera dentro dos limites legais aceitáveis, o que pode diminuir o risco de irregularidades e fraudes. A norma que disciplina a evidenciação dos ativos intangíveis no Brasil é o CPC 04 (R1), emitido pelo Comitê de

Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 2010 – norma equivalente à IAS 38 – *Intangible Assets*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

O CPC 04 (R1), que revogou o Pronunciamento Técnico CPC 04, emitido em 2008 pelo CPC e aplicado aos exercícios encerrados a partir de dezembro de 2008, não trouxe modificações expressivas que pudessem alterar a essência do Pronunciamento original, ou seja, a aplicação da versão revisada do CPC 04 não deve provocar valores contábeis diferentes dos anteriormente apurados (CPC, 2010).

O Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) expõe os critérios para reconhecimento, mensuração e divulgação dos ativos intangíveis, e também determina que os ativos intangíveis devam ser separados por classes, citando como exemplos: marcas, títulos de periódicos, *softwares*, licenças, franquias etc. O CPC 04 (R1) em seu item 118 traz que, em geral, as empresas devem divulgar as seguintes informações para cada classe de ativos intangíveis, fazendo a distinção entre ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:

- (a) com vida útil indefinida ou definida e, se definida, os prazos de vida útil ou as taxas de amortização utilizados;
- (b) os métodos de amortização utilizados para ativos intangíveis com vida útil definida;
- (c) o valor contábil bruto e eventual amortização acumulada (mais as perdas acumuladas no valor recuperável) no início e no final do período;
- (d) a rubrica da demonstração do resultado em que qualquer amortização de ativo intangível for incluída;
- (e) a conciliação do valor contábil no início e no final do período.

Também deve ser divulgadas informações sobre ativos intangíveis que perderam o seu valor de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Cabe ressaltar que, as informações a serem divulgadas de acordo com o CPC 04 (R1) são obrigatórias como já mencionado anteriormente, porém divulgações de outras informações de forma voluntária são recomendáveis sempre que a divulgação resultar em melhor entendimento e esclarecimento aos usuários, conforme trata o CPC 00.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Nessa seção serão tratados os aspectos gerais sobre a classificação, desenho da pesquisa, a forma de cálculo do índice de evidenciação e as hipóteses da pesquisa.

3.1 Classificação e Desenho da Pesquisa

O estudo, de caráter descritivo, utilizar-se-á de pesquisa bibliográfica e documental. Quanto à abordagem, classifica-se como qualitativo e quantitativo. Classifica-se como qualitativo, em virtude das análises das notas explicativas divulgadas e, como quantitativo, em consequência dos tratamentos estatísticos realizados nos dados coletados. A técnica estatística a ser utilizada para identificar a associação entre a variável dependente e as variáveis independentes será a análise de regressão.

A pesquisa será aplicada às empresas listadas no Nível 2 de Governança Corporativa (GC) listadas na BM&FBOVESPA, para as Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios de 2009, 2010, 2011 e 2012. A escolha dessas empresas se justifica, pois trata-se de um Nível de governança mais avançado (SILVEIRA, 2004), que, de acordo com Srour (2005) e Silveira, Barros e Famá (2004) entidades listadas nesse Nível estão obrigadas a cumprir regras mais rígidas de transparência e GC.

Os períodos de 2009 a 2012 foram escolhidos, pelo fato de que a CVM aprovou a Instrução 457/2007, tornando obrigatória a adoção das IFRS para as companhias abertas

brasileiras a partir do exercício findo em 2010. A fim de se avaliar a evolução, torna-se necessário a análise do exercício anterior, corrente e posterior à obrigatoriedade da aplicação da norma. Segue o Quadro 1 com as amostras de empresas a serem analisadas.

Quadro 1: Empresas do Nível 2 de GC listadas na BM&FBOVESPA, em 2012.

Total de Entidades pertencentes ao Nível 2 de GC	21
(-) Entidades excluídas: por serem instituições financeiras e, portanto, possuem particularidades quanto à evidenciação (AVELINO; PINHEIRO; LAMOUNIER, 2012)	06
(-) Entidades excluídas: ativos intangíveis foram baixados em 2009.	01
(-) Entidades excluídas: abertura de capital apenas em 2011.	01
(=) Número de entidades analisadas	13

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os dados coletados para a construção do índice de evidenciação de informações compulsórias sobre ativos intangíveis foram retirados das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas das entidades selecionadas, divulgadas no *site* da BM&FBOVESPA.

3.2 Índice de Evidenciação

Para medir o grau de evidenciação, optou-se por construir um índice a partir dos dados estruturados nas pesquisas de Moura *et al.* (2011) e Avelino, Pinheiro e Lamounier (2012), baseados nas exigências de *disclosure* previstas no CPC 04 (R1). O índice é composto por 17 quesitos, conforme demonstrado no Quadro 2.

Quando 2: Informações obrigatórias a serem divulgadas.

I – Valor do Intangível/Amortização	01 - Informações sobre intangíveis separados em classes
	02 - Valor de custo do intangível no final do período
	03 - Amortização acumulada (mais as perdas acumuladas no valor recuperável) no final do período
	04 - Valor líquido do intangível no final do período
	05 - Valor de custo do intangível no início do período
	06 - Eventual amortização acumulada no início do período
	07 - Valor líquido do intangível no início do período
	08 - Amortização reconhecida no período
II – Vida útil	09 - Classificação da vida útil do intangível como definida ou indefinida
	10 - Motivos que fundamentam a avaliação e os fatores mais importantes que levaram à definição de vida útil definida ou indefinida
	11 - Prazos de vida útil ou as taxas de amortização utilizadas
	12 - Métodos de amortização utilizados para ativos intangíveis com vida útil definida
III – Conciliação do valor contábil	13 - Rubrica da demonstração do resultado em que qualquer amortização de ativo intangível foi incluída
	14 - Informações sobre adições, baixas e transferências
	15 - Informações sobre ativos classificados como mantidos para venda ou outras baixas
	16 - Informações sobre realizações de testes de <i>impairment</i> e constituição da provisão de perda, quando aplicável
IV – Informação adicional	17 – Total de gastos com pesquisa e desenvolvimento reconhecidos como despesas no período

Fonte: Adaptado de CPC 04 (2010), Moura *et al.* (2011) e Avelino, Pinheiro e Lamounier (2012).

Como realizado nos estudos de Moura *et al.* (2011) e Avelino, Pinheiro e Lamounier (2012), para cada resposta poderiam ser atribuídas três notas (0, 1 ou 2), sendo 0 para aquelas que não estavam em conformidade com as determinações do CPC 04, 1 para as informações que apresentavam-se conforme as determinações e 2 quando a questão não era aplicável para determinadas empresas. Moura *et al.* (2011) traz que se o índice fosse composto apenas por questões binárias (0 e 1), a empresa poderia ser penalizada por não revelar um tipo específico de informação que não se aplica a sua realidade operacional.

Optou-se por seguir a metodologia aplicada nos estudos de Gordon *et al.* (2002), Lima (2009) e Avelino, Pinheiro e Lamounier (2012) quanto a índices de *disclosure*, de maneira em que não foi atribuído nenhuma pontuação para a quantidade ou qualidade da evidenciação, haja vista a inexistência de informações disponíveis para realizar este tipo de avaliação. Portanto, o estudo limitou-se à verificação da divulgação ou não da informação, quando esta era devida.

Assim, ao final da coleta, as entidades que receberam em qualquer questão pontuação 2 (considerada não aplicável), foram removidas da análise, para que não comprometessem o resultado final. Desse modo, conforme o estudo de Avelino, Pinheiro e Lamounier (2012) a pontuação compreende somente a soma das questões que receberam pontuação 0 e 1, dividida pela pontuação total possível do conjunto de informações (17 quesitos).

3.3 Hipóteses

Para Avelino, Pinheiro e Lamounier (2012, p.31) “estudos sobre *disclosure* têm identificado uma série de benefícios oriundos da divulgação de informações por uma empresa”. Quanto mais informações forem divulgadas, mais os investidores serão capazes de avaliar como a gestão está explorando as oportunidades disponíveis e, mais se tem despertado o interesse de pesquisadores em estudar as práticas de evidenciação e os fatores que o influenciam (HOPE, 2003; AVELINO; PINHEIRO; LAMOUNIER, 2012).

Com o intuito de verificar se existe associação entre o *disclosure* de ativos intangíveis e características da entidade, foram testadas três hipóteses, às quais as duas primeiras já foram analisadas nas pesquisas de Macagnan (2009) e Avelino, Pinheiro e Lamounier (2012) e a terceira no estudo de Macagnan (2009).

H₁: Existe uma relação positiva entre tamanho da entidade e a extensão da evidenciação obrigatória dos ativos intangíveis.

Para Macagnan (2009, p. 48) “o tamanho da empresa é uma das causas mais comuns nos estudos que objetivam explicar a extensão da evidenciação de informação”. Watts e Zimmerman (1990) trazem que quanto maior a empresa, maior é a pressão dos grupos políticos no sentido de transferir riquezas para a sociedade, e, a evidenciação ajuda a influenciar a visibilidade política da entidade e a impedir a intervenção política e reguladora do Estado. De acordo com Nunes, Teixeira e Nossa (2009), o tamanho das empresas é normalmente mensurado pelo número de empregados, valor do ativo total, *ranking* de periódicos ou valor total da receita de vendas. Nesta pesquisa, optou-se por utilizar o valor do ativo total de cada empresa como *proxy* para representar o tamanho, sendo os valores correspondentes coletados das demonstrações financeiras publicadas.

H₂: Existe uma relação negativa entre o tempo de constituição e a extensão da evidenciação dos recursos intangíveis da empresa.

Macagnan (2009) traz que as empresas jovens têm mais incertezas que as com mais tempo de existência, então, precisariam prestar mais informações. As entidades com mais tempo de constituição podem apresentar mais solidez, enquanto que as novas podem representar um maior risco; a evidenciação de recursos intangíveis estabeleceria maior grau de confiança sobre o investimento para o acionista (MACAGNAN, 2009). A *proxy* de tempo de constituição é dada pela variável que calcula o tempo de formação da entidade, obtido desde o ano do registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) até o exercício de 2012.

H₃: Existe uma relação positiva entre o grau de endividamento e a extensão da evidenciação dos recursos intangíveis da empresa.

Outra causa que pode explicar a extensão da evidenciação é a variável endividamento da entidade (MACAGNAN, 2009). De acordo com Macagnan (2009) tem-se que se o endividamento é elevado, maior deve ser a redução da assimetria da informação entre os gestores e acionistas, e, conseqüentemente, maior deve ser a extensão da evidenciação que justifica a dívida. Como *proxy* para representar o endividamento, optou-se pela razão entre o valor do passivo total e patrimônio líquido constituídos (grau de endividamento).

4 ANÁLISE DE RESULTADOS

Nessa seção será descrita a análise dos resultados, dividida por subseções, sendo a primeira a análise do índice de evidenciação dos ativos intangíveis, a segunda, a análise de regressão múltipla e, por último, a análise de regressão simples visando testar as hipóteses da pesquisa.

4.1 Evidenciação dos Ativos Intangíveis

Partindo-se para a análise dos dados, tem-se na Tabela 1 o resumo das evidenciações obrigatórias em conformidade com o CPC 04 (R1), por grupo, por ano e sua equivalência em porcentagem. Extrai-se da análise da Tabela 1 que os itens 04 (valor líquido do intangível no final do período), 07 (valor líquido do intangível no início do período) e 16 (informações sobre realizações de testes de *impairment* e constituição da provisão de perda, quando aplicável) foram divulgados pela totalidade das empresas analisadas em todos os períodos.

Nenhuma empresa, em nenhum dos quatro períodos analisados evidenciou informações sobre os itens 15 (informações sobre ativos classificados como mantidos para venda ou outras baixas) e 17 (total de gastos com pesquisa e desenvolvimento reconhecidos como despesas no período). Ademias, os itens 10 (motivos que fundamentam a avaliação e os fatores mais importantes que levaram à definição de vida útil definida ou indefinida) e 13 (informações sobre adições, baixas e transferências) tiveram grau de evidenciação igual ou inferior a 23,08% para os 04 períodos.

Desde 2010 todas as entidades divulgaram informações sobre os itens 01 (informações sobre intangíveis separados em classes) e 12 (métodos de amortização utilizados para ativos intangíveis com vida útil definida). Entretanto, mesmo no exercício de 2009 o índice de evidenciação foi elevado, pois apenas uma empresa não divulgou o item 01 e apenas 02 entidades não divulgaram o item 12.

O índice de evidenciação foi máximo para os itens 02 (valor de custo do intangível no final do período) e 03 (amortização acumulada (mais as perdas acumuladas no valor recuperável) no final do período), exceto em 2010, em que uma empresa não evidenciou cada item. A evidenciação dos itens 05 (Valor de custo do intangível no início do período), 06 (Eventual amortização acumulada no início do período) e 11 (Prazos de vida útil ou as taxas

de amortização utilizadas) foram evoluindo durante os três períodos, e, desde 2011 foram evidenciados por todas as entidades analisadas.

Tabela 1: Resumo das evidenciações obrigatórias em relação ao CPC 04, por grupo e por ano.

I – Valor do Intangível/Amortização	2009		2010		2011		2012	
	N	%	N	%	N	%	N	%
01 - Informações sobre intangíveis separados em classes	12	92,31%	13	100,00%	13	100,00%	13	100,00%
02 - Valor de custo do intangível no final do período	13	100,00%	12	92,31%	13	100,00%	13	100,00%
03 - Amortização acumulada (mais as perdas acumuladas no valor recuperável) no final do período	13	100,00%	12	92,31%	13	100,00%	13	100,00%
04 - Valor líquido do intangível no final do período	13	100,00%	13	100,00%	13	100,00%	13	100,00%
05 - Valor de custo do intangível no início do período	9	69,23%	11	84,62%	13	100,00%	13	100,00%
06 - Eventual amortização acumulada no início do período	9	69,23%	11	84,62%	13	100,00%	13	100,00%
07 - Valor líquido do intangível no início do período	13	100,00%	13	100,00%	13	100,00%	13	100,00%
08 - Amortização reconhecida no período	6	46,15%	8	61,54%	9	69,23%	9	69,23%
II – Vida útil	N	%	N	%	N	%	N	%
09 - Classificação da vida útil do intangível como definida ou indefinida	11	84,62%	10	76,92%	11	84,62%	10	76,92%
10 - Motivos que fundamentam a avaliação e os fatores mais importantes que levaram à definição de vida útil definida ou indefinida	1	7,69%	2	15,38%	2	15,38%	1	7,69%
11 - Prazos de vida útil ou as taxas de amortização utilizadas	11	84,62%	12	92,31%	13	100,00%	13	100,00%
12 - Métodos de amortização utilizados para ativos intangíveis com vida útil definida	11	84,62%	13	100,00%	13	100,00%	13	100,00%
III – Conciliação do valor contábil	N	%	N	%	N	%	N	%
13 - Rubrica da demonstração do resultado em que qualquer amortização de ativo intangível foi incluída	1	7,69%	2	15,38%	3	23,08%	3	23,08%
14 - Informações sobre adições, baixas e transferências	8	61,54%	10	76,92%	12	92,31%	11	84,62%
15 - Informações sobre ativos classificados como mantidos para venda ou outras baixas	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
16 - Informações sobre realizações de testes de <i>impairment</i> constituição da provisão de perda, quando aplicável	13	100,00%	13	100,00%	13	100,00%	13	100,00%
IV – Informação adicional	N	%	N	%	N	%	N	%
17 – Total de gastos com pesquisa e desenvolvimento reconhecidos como despesas no período	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%

Fonte: Elaborada pelos autores.

Os itens 08 (Amortização reconhecida no período), 09 (Classificação da vida útil do intangível como definida ou indefinida) e 14 (Informações sobre adições, baixas e transferências) em nenhum dos períodos foram evidenciados por todas as empresas, permanecendo baixo o nível de evidenciação em quase todos os períodos.

Na Tabela 2 apresenta-se a média dos índices de evidenciação em valores e em porcentagem dos ativos intangíveis correspondentes a cada grupo de informações analisadas nos quatro períodos analisados.

O grupo que apresentou o maior índice de evidenciação foi o I (valor do intangível ou amortização), que nos quatro períodos analisados, apresentou evidenciação superior a 84% (TABELA 2). Resultado semelhante foi encontrado na pesquisa de Avelino, Pinheiro e Lamounier (2012), que, ao analisar as evidenciações no intangível de empresas listadas no

Ibovespa em 2010, encontrou que o grupo I apresentou um maior grau de evidenciação, perfazendo um índice de 91%. O grupo 04 teve índice de evidenciação igual a zero, o que significa que em todos os períodos analisados, nenhuma empresa publicou informações adicionais sobre o ativo intangível, diferenciando-se dos resultados de Avelino, Pinheiro e Lamounier (2012) que encontrou uma evidenciação de 21%.

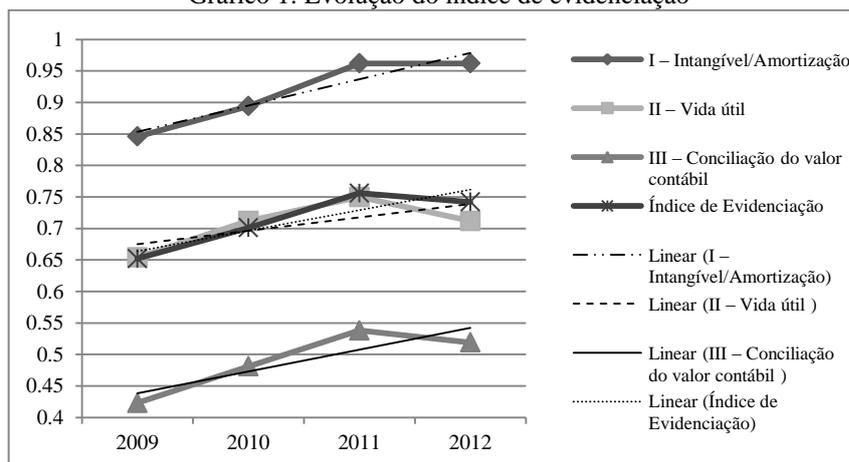
Tabela 2: Índice de Evidenciação por grupo e por ano.

	2009		2010		2011		2012	
I – Valor do Intangível/Amortização	0,846	84,62%	0,894	89,42%	0,962	96,15%	0,962	96,15%
II – Vida útil	0,654	65,38%	0,712	71,15%	0,750	75,00%	0,712	71,15%
III – Conciliação do valor contábil	0,423	42,31%	0,481	48,08%	0,538	53,85%	0,519	51,92%
IV – Informação adicional	0,000	0,00%	0,000	0,00%	0,000	0,00%	0,000	0,00%
Índice de evidenciação do intangível	0,652	65,16%	0,701	70,14%	0,756	75,57%	0,742	74,21%

Fonte: Elaborada pelos autores.

Quando se pensa na evidenciação do ativo intangível como um todo, percebe-se uma evolução no nível de evidenciação das entidades, apesar da ligeira queda no índice em 2012. No Gráfico 1 tem-se a evolução do índice de evidenciação por grupo, por ano e geral. O índice de evidenciação do grupo IV (informação adicional) não foi apresentado no gráfico, por não ter havido evidenciação em nenhum período.

Gráfico 1: Evolução do índice de evidenciação



Fonte: Elaborado pelos autores.

Quanto à análise temporal do índice de evidenciação e seus grupos, tem-se pelas linhas de tendência que todos os indicadores estão evoluindo, o que demonstra que, com o passar dos anos as entidades tendem a evidenciar melhor as suas informações referentes ao ativo intangível. Percebe-se também que, ao comparar as evidenciações por grupo, do maior ao menor nível de *disclosure*, tem-se os itens I, II, III e IV, respectivamente, corroborando com os resultados encontrados por Avelino, Pinheiro e Lamounier (2012).

Moura *et al.* (2011) ao analisarem o índice de evidenciação de ativos intangíveis das 49 maiores empresas listadas no BM&FBOVESPA em 2009, encontraram um índice de evidenciação de 61%. Avelino, Pinheiro e Lamounier (2012) ao analisarem a evidenciação de ativos intangíveis de 47 entidades listadas na carteira teórica do Ibovespa em 2010, encontraram um índice de evidenciação de 55,75%. Em 2009 os resultados desta pesquisa foram similares aos apresentados por Moura *et al.* (2009), com um índice de 65,16%. Em 2010 os resultados desta pesquisa foram diferentes dos apresentados por Avelino, Pinheiro e Lamounier (2010) ao demonstrar um índice de evidenciação de intangível de 70,14%.

Entretanto, os resultados das três pesquisas corroboram no sentido de que, independente do ano analisado, não há um grau máximo de evidenciação.

4.2 Regressão Múltipla

Para a presente pesquisa foram estabelecidas as seguintes variáveis: a) variável dependente: índice de evidenciação de informações compulsórias sobre ativos intangíveis, em relação às especificações do CPC 04; e b) variáveis independentes: tamanho, endividamento e anos de constituição da empresa. A fim de verificar se o índice de evidenciação é influenciado por algumas das variáveis explicativas, foi realizada a regressão múltipla, cujos resultados estão descritos na Tabela 3.

Tabela 3: Resumo do modelo de regressão multivariada.

R	R = 0,205	p-valor = 0,557
R ²	R ² = 0,42	
R ² Ajustado	R ² Aj = -0,18	
Tempo	t = 0,272	p-valor = 0,787
Patrimônio	t = -1,127	p-valor = 0,265
Endividamento	t = 0,186	p-valor = 0,853

Fonte: Elaborada pelos autores.

Ao nível de significância de 5% aceita-se a hipótese de nulidade (p-valor = 0,557), ou seja, o índice de evidenciação não é dependente nem do tamanho, nem do endividamento e nem do tempo de constituição da empresa. Analisando-se os coeficientes parciais de regressão percebe-se que nenhum elemento é estatisticamente significativo (p-valor de todos é > 0,05), portanto, nenhuma variável explica a variação de Y (evidenciação). A fim de evitar-se uma possível interferência de uma variável em relação à outra (em virtude, por exemplo, da multicolinearidade), parte-se para a análise da regressão linear simples para cada variável independente e a dependente.

4.3 Regressão Linear Simples

Tem-se, nessa subseção, a análise de regressão linear simples, com a finalidade de prever a relação entre a variável dependente e as variáveis explicativas, uma a uma.

4.3.1 Tamanho da empresa

Primeiramente será utilizada a regressão linear simples para prever a relação entre o índice de evidenciação e o tamanho da empresa. Segue a Tabela 4 com o resumo dos resultados.

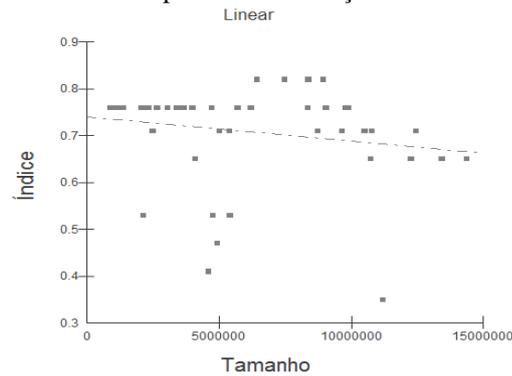
Tabela 4: Resumo da regressão linear simples: evidenciação x tamanho.

F (regressão)	p-valor	R ²	R ² ajustado
2,047	0,1552	0,0393	0,0201

Fonte: Elaborada pelos autores.

Ao nível nominal de significância de 5% aceita-se a hipótese de nulidade (p-valor = 0,1552) o que significa que o tamanho da empresa não influencia o valor do índice de evidenciação. Pelo coeficiente de determinação ajustado (R² ajustado) constata-se que apenas 2,01% do índice de evidenciação é explicado pelo tamanho da entidade. Segue o Gráfico 2 com a análise da dispersão dos dados.

Gráfico 2: Gráfico de dispersão evidenciação x tamanho da entidade.



Fonte: Elaborado pelos autores.

A partir da análise do Gráfico 2 tem-se que, pela natureza dos dados (dispersos), o modelo de regressão linear, ou outro modelo de regressão, não explicam os dados a serem analisados. Mesmo se fossem excluídos os *outliers* os dados continuariam dispersos sem nenhum tipo de tendência. Os resultados dessa pesquisa contrapõem-se aos dos estudos de Macagnan (2009) e Avelino, Pinheiro e Lamounier (2012), que constataram que nas empresas analisadas por eles, o fator tamanho tem relação positiva com a extensão da evidenciação de ativos intangíveis.

4.3.2 Endividamento

A fim de prever a relação entre o índice de evidenciação e o grau de endividamento das empresas, foi utilizado o modelo de regressão linear simples, cujos resultados estão descritos na Tabela 5.

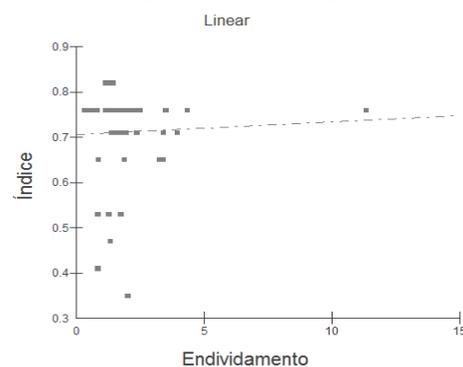
Tabela 5: Resumo da regressão linear simples: evidenciação x endividamento.

F (regressão)	p-valor	R ²	R ² ajustado
0,0984	0,7532	0,0020	-0,0180

Fonte: Elaborada pelos autores.

Ao nível nominal de significância de 5% aceita-se a hipótese de nulidade (p-valor = 0,7532), o que significa que o índice de evidenciação não é influenciado pelo grau de endividamento da entidade. Ademias, com a análise do coeficiente de determinação ajustado (R²) constata-se que o índice de evidenciação não é explicado pelo endividamento da empresa. A fim de compreender melhor a amostra de dados, tem-se o Gráfico 3 com a dispersão dos dados.

Gráfico 3: Gráfico de dispersão evidenciação x tamanho da entidade.



Fonte: Elaborada pelos autores.

Percebe-se, da análise do Gráfico 3, que os dados analisados são altamente dispersos, ou seja, pela natureza dos dados o modelo de regressão linear ou outro modelo de regressão não explicam os dados a serem analisados. Os resultados dessa pesquisa conflitam com os resultados da pesquisa de Macagnan (2009) que encontrou que nas entidades espanholas analisadas por ele, o endividamento explica a maior extensão da evidenciação de ativos intangíveis.

4.3.3 Tempo de constituição

Visando prever a relação entre o índice de evidenciação e o tempo de constituição será utilizada a regressão linear simples e os resultados estão descritos na Tabela 6.

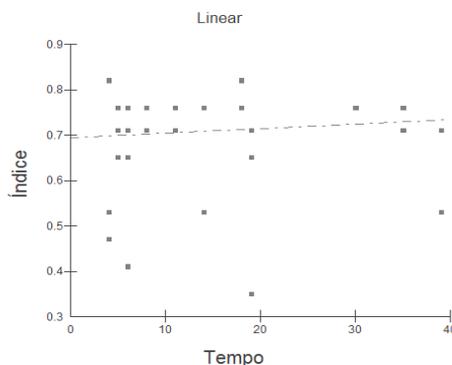
Tabela 6: Resumo da regressão linear simples: evidenciação x tempo de constituição.

F (regressão)	p-valor	R ²	R ² ajustado
0,7974	0,6203	0,0157	-0,0040

Fonte: Elaborada pelos autores.

Ao nível nominal de significância de 5% aceita-se a hipótese H₀ (p-valor = 0,7974), isto é, tempo de constituição da empresa não interfere no nível de evidenciação. Pela análise do coeficiente de determinação ajustado (R² ajustado) extrai-se que o índice de evidenciação, assim como na relação entre o índice e o endividamento, não é explicado pelo tempo de constituição da entidade. Segue o Gráfico 4 com a análise da dispersão dos dados.

Gráfico 4: Gráfico de dispersão evidenciação x tempo de constituição.



Fonte: Elaborada pelos autores.

Com a análise do Gráfico 4 tem-se que os dados são altamente dispersos, isto é, assim como ocorrido com o tamanho da empresa e o grau de endividamento, pela natureza dos dados, o modelo de regressão linear ou outro modelo de regressão não explicam os dados a serem analisados. Esses resultados corroboram com as constatações da pesquisa de Avelino, Pinheiro e Lamounier (2012), mas conflitam com as do estudo de Macagnan (2009) que traz que os anos de existência da entidade explicam o maior grau de evidenciação dos ativos intangíveis.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi apresentar a evolução das informações divulgadas sobre o ativo intangível de companhias abertas do Brasil, observando os critérios obrigatórios de evidenciação conforme especificações do CPC 04 (R1), além de verificar características das empresas que poderiam ser consideradas fatores explicativos para a extensão da evidenciação.

Assim, este estudo visou, também, identificar se existe relação entre evidenciação e tamanho das empresas, tempo de constituição das companhias e grau de endividamento.

Para isso, foram analisadas as notas explicativas das empresas listadas no Nível 2 de Governança Corporativa, nos anos de 2009 a 2012. A escolha dessas empresas se deu, por tratar-se de um nível de governança mais avançado, em que as entidades contidas nesse grupo estão obrigadas a cumprir regras mais rígidas de transparência e GC. Os períodos de 2009 a 2012 foram escolhidos, pelo fato de que a adoção obrigatória das IFRS para as companhias abertas brasileiras se deu a partir do exercício findo em 2010. A fim de se avaliar a evolução, torna-se necessário a análise do exercício anterior, corrente e posterior à obrigatoriedade da aplicação da norma.

Como resultados percebeu-se que houve uma evolução no nível de evidenciação das entidades, apesar da ligeira queda no índice em 2012 (TABELA 2). Pela análise das linhas de tendência verificou-se que todos os indicadores estão evoluindo, o que demonstra que, com o passar dos anos as entidades tendem a evidenciar melhor as suas informações referentes ao ativo intangível (GRÁFICO 1). O grupo que apresentou o maior índice de evidenciação foi o I (valor do intangível ou amortização), que nos quatro períodos analisados, apresentou evidenciação superior a 84%. O grupo 04 teve índice de evidenciação igual a zero, o que significa que em todos os períodos analisados, nenhuma empresa publicou informações adicionais sobre o ativo intangível.

Quanto às variáveis independentes, tem-se que as três hipóteses da pesquisa foram rejeitadas, o que significa que, nem o tamanho da entidade, nem o tempo de constituição e nem o grau de endividamento explicam a extensão da evidenciação das entidades analisadas. Quando se tentou prever a relação entre a variável dependente e as independentes encontrou-se que os dados das entidades são altamente dispersos, o que evidencia que não há relação entre as variáveis (variáveis explicativas são estatisticamente não significativas). Os resultados dessa pesquisa foram conflitantes com o resultado do estudo de Macagnan (2009) que encontrou relação entre as variáveis tamanho da entidade, grau de endividamento e tempo de constituição com a extensão da evidenciação; e de Avelino, Pinheiro e Lamounier (2012) que encontrou relação entre tamanho da entidade e a extensão da evidenciação.

Os resultados dessa pesquisa são justificados pela natureza das entidades analisadas, visto que são companhias abertas que compõem o Nível 2 de Governança Corporativa. Como as entidades listadas nesse grupo precisam, obrigatoriamente, cumprir critérios mais rígidos de transparência que as outras companhias abertas, o fato de serem antigas, terem um grau de endividamento elevado ou serem maiores não interfere na extensão de sua evidenciação. Os estudos de Macagnan (2009) e Avelino Pinheiro e Lamounier (2012) foram diferentes, em virtude de terem analisado companhias abertas listadas em bolsa, sem critérios específicos de GC, como no caso desta pesquisa.

Esse estudo contribui com a literatura, ao identificar se as exigências impostas pelo CPC 04 (R1) têm refletido em uma maior evidenciação das informações contábeis. Ademais, contribuiu com a prática contábil ao demonstrar aos usuários das informações contábeis se as demonstrações financeiras das companhias abertas do Brasil, especificamente no que tange ao intangível, tem um índice elevado de evidenciação, facilitando a tomada de decisões.

Como limitações ao presente estudo tem-se que não foi analisada a totalidade das entidades listadas no Nível 2 de Governança Corporativa, pois excluiu-se as instituições financeiras (seis entidades) em virtude de suas particularidades em relação à evidenciação, e duas outras entidades, que, apesar de pertencentes ao Nível 2 de GC em 2012, uma abriu capital apenas em 2011 e outra baixou seu ativo intangível em 2009.

Sugerem-se como futuras pesquisas a análise de todas as companhias abertas brasileiras ou outros níveis de GC, além da análise de outros Pronunciamentos Técnicos,

buscando resultados que corroborem, complementem ou confrontem com os aqui descritos, e, conseqüentemente promovam o avanço da Teoria.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, M. T. P.; LEITE, R. S.; GUERRA, L. F. Divulgação das informações sobre ativos intangíveis e sua utilidade para avaliação de investimentos: um estudo exploratório baseado na percepção dos analistas de investimentos. In: CONGRESSO USP, 9, 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2009.

AVELINO, B. C.; PINHEIRO, L. E. T.; LAMOUNIER, W. M. Evidenciação de Ativos Intangíveis: estudo empírico em Companhias Abertas. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 6, n. 14, p. 22-45, 2012.

BRASIL. Lei nº 6.404, de 15/12/1976 - Lei das Sociedades por Ações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm>. Acesso em: 30/05/2013.

COLAUTO, R. D.; NASCIMENTO, P. S.; AVELINO, B. C.; BISPO, O. N. A. Evidenciação de Ativos Intangíveis Não Adquiridos nos Relatórios da Administração das Companhias Listadas nos Níveis de Governança Corporativa da Bovespa. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, v. 20, n. 1, p. 142-169, 2009.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC**. Revisão do Pronunciamento Técnico CPC 04 CPC 04 (R1) - Ativo Intangível, 2010. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/mostraAudiencia.php?id_audiencia=64>. Acesso em: 30/05/2013.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS - CPC. **CPC 00** - Pronunciamento Conceitual Básico - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/pronunciamentosIndex.php>>. Acesso em: 30/05/2013.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS - CPC. **CPC 01** - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/pronunciamentosIndex.php>>. Acesso em: 30/05/2013.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS - CPC. **CPC 04 (R1)** – Ativo Intangível. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/pronunciamentosIndex.php>>. Acesso em: 30/05/2013.

GORDON, T.; FISCHER, M.; MALONE, D.; TOWER, G. A comparative empirical examination of extent of disclosure by private and public colleges and universities in the United States. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 21, n. 3, p. 235-275, 2002.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. V. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. **Teoria da Contabilidade**. 1ª ed. – 6. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2007.

HOPE, O. Firm-level disclosures and the relative roles of culture and legal origin. **Journal of International Financial Managerial and Accounting**, v. 14, n. 3, p. 218-248, 2003.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R.; SANTOS, A. **Manual de Contabilidade Societária**. Aplicável a todas as sociedades. De acordo com as normas internacionais e do CPC. São Paulo: Atlas, 2010.

LIMA, E. M. **Análise comparativa entre o índice disclosure e a importância atribuída por stakeholders a informações consideradas relevantes para fins de divulgação em Instituições de Ensino Superior Filantrópicas do Brasil**: uma abordagem da Teoria da Divulgação. 2009. 200 f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) - Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MACAGNAN, C. B. Evidenciação voluntária: fatores explicativos da extensão da informação sobre recursos intangíveis. **Revista Contabilidade & Finanças**, USP, São Paulo, v. 20, n. 50, p. 46-61, 2009.

MENESES, A. F.; PONTE, V. M. R.; MAPURUNGA, P. V. R. *Disclosure* de Ativos Intangíveis em Empresas Brasileiras. In: Congresso ANPCONT, V, 2011. Vitória-ES. **Anais...** Vitória-ES: ANPCONT, 2011.

MILONE, Mário César de Mattos. **Cálculo do valor de ativos intangíveis: uma metodologia alternativa para a mensuração do valor das marcas**. 2004. 124 f. Tese (Doutorado) - Curso de Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

MOURA, G. D.; DALLABONA, L. F.; FANK, O. L.; VARELA, P. S. Boas Práticas de Governança Corporativa e Evidenciação Obrigatória dos Ativos Intangíveis, 11, 2011. São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2011.

MOURA, G.D; FANK, O.L; VARELA, P.S. Evidenciação dos ativos intangíveis pelas empresas do setor de Energia Elétrica listadas na BM&Bovespa. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v.15, n.1, p. 17-32, 2012.

NUNES, J. G.; TEIXEIRA, A. J. C.; NOSSA, V. Análise das Variáveis que influenciam a Adesão das Empresas ao índice Bovespa de Sustentabilidade In: EnANPAD, XXXIII, 2009. São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPAD, 2009.

ROLIM, M. V. **Estudo do nível de disclosure dos ativos intangíveis das empresas britânicas pertencentes ao índice FTSE 100**. 2009. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia/MG, 2009.

SCHMIDT, P.; SANTOS, J. L. Ativos Intangíveis nas Normas Internacionais – IASB. In: Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul, 9, 2003, Gramado. **Anais eletrônicos...** Gramado/RS: Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul, 2003. Disponível em: <<http://www.ccontabeis.com.br/conv/t01.pdf>>. Acesso em: 18/05/2013.

SILVEIRA, A. D. M.; BARROS, L. A. B. C.; FAMÁ, R. Determinantes do Nível de Governança Corporativa das Companhias Abertas brasileiras. In: Congresso SemeAd, 7, 2004, São Paulo. **Anais...** São Paulo: SemeAd, 2004.

SROUR, G. Práticas diferenciadas de governança corporativa: um estudo sobre a conduta e a performance das firmas brasileiras. **Revista Brasileira de Economia**, v. 59, n. 4, 2005.

STERZECK, G. **O efeito da convergência contábil sobre o conservadorismo das instituições financeiras**. 2011. 85 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

WATTS, R. L.; ZIMMERMAN, J. L. Positive accounting theory: a ten year perspective. **The Accounting Review**, v. 65, n. 1, p. 131-156, 1990.